

***EU APRENDI... EU ESQUECI...* PROCESSOS IDENTITÁRIOS E VARIANTES MATERNAS**

Jonê Carla Baião¹
Cláudia H. S. Barreiros²

Resumo

Neste artigo, analisamos uma situação ocorrida em sala de aula na cidade do Rio de Janeiro a partir do relato de uma professora. Um estudante de 8º ano do ensino fundamental dá um exemplo de variante linguística se referindo ao modo de falar de um colega originário do interior de São Paulo. O desdobramento é que o menino diz que não fala mais diferente, porque aprendeu a falar igual aos colegas. Quando a professora pede que resgate seu modo de falar e até lhe ensine, o menino responde que não sabe mais, que esqueceu. Apoiando-nos em McLaren (1997), Candau (2002), Barreiros (2004), Bakhtin (1992), Gnerre (1994), Bagno (2000), Macedo (2000) e Soares (1991), problematizamos a escola como espaço de constituição de identidades e diferenças, como espaço de aprendizados e esquecimentos. Propomos que a escola seja espaço desses debates e nos posicionamos pelo ensino de língua “varia”, pelo bidialetalismo (ou multidialetalismo?) para a transformação.

Palavras-chave

Variantes; diferença cultural; bidialetalismo para a transformação.

¹ UERJ.

² UERJ.

*Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
a amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, esquipáticas,
atropelam-me, aturdem-me, sequestram-me.
Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.
O português são dois; o outro, mistério.*
(Aula de Português. Carlos Drummond de Andrade)

Com olhos de ver e ouvidos de ouvir, a diferença, seja ela de gênero, de raça, de condição social, de religião, de linguagem ou de qualquer outra ordem, nos instiga. Como professoras que atuam, também, na educação básica, entendemos a escola, a didática, o fazer pedagógico como o lugar preferencial para se (re)pensar e (re) significar as identidades que se constituem inclusive no espaço escolar.

Dialogamos com os estudos multiculturais a respeito das relações entre cultura, escola e sociedade (Candau, 2002; McLaren, 1997).

Neste artigo, fazemos uma discussão e trazemos argumentos que não são novos. Tomamos o relato de uma situação ocorrida em uma sala de aula de Língua Portuguesa pela professora da turma e nos posicionamos sobre o ensino de língua materna em suas variantes na escola.

Mas se a questão que trazemos não é nova, ainda é bastante atual e fortemente conflitiva. Haja vista que, no ano passado, a mídia se debruçou sobre esse tema, questionando a indicação pelo MEC de um livro didático (LD) que apresentava os falares da língua portuguesa em suas variantes, com exemplos que eram ditos “errados”, pois desviavam da norma padrão. O debate tomou espaço nas diversas mídias, com opiniões de especialistas de toda parte.

Dialogamos com o poeta da epígrafe deste texto, que anuncia que o português são dois: o dele e o do professor? Talvez... Mas sabemos, e o poeta também, que o português são muitos. A tensão entre a língua una e a língua varia já foi estudada por muitos linguistas (entre os quais: Soares, 1988, Bagno, 2000, Gnerre, 1994).

Para a escola, olhar/escutar/perceber e ensinar essa língua varia ainda é um desafio. Os livros didáticos ainda o fazem de modo tímido e, a tirar pelo estardalhaço do debate do ano de 2011 (segunda década do século 21!), ainda temos muito a debater (e disputar!) para superar visões monoculturais da língua e do currículo como um todo.

Língua, variedades e poder

A relação entre língua padrão, “una”, e as variantes, “língua varia” do português, tem sido discutida em amplos debates. O prestígio de uma variante não se dá pela sua estrutura linguística.

Maurício Gnerre já escreveu que: “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (1994: 6-7). Logo, a relação entre prestígio e desprestígio de uma variante linguística está diretamente relacionada à relação de prestígio / desprestígio social dos sujeitos que a falam.

Identidades socioconstruídas

As identidades dos falantes, quem fala, de que lugar fala, determinam os valores sociais de seus dizeres. Cada falante intui esse prestígio. Está na crença popular que falar bonito é

falar “correto”, de acordo com as normas padrão da língua, é falar “limpo, sem sotaque” (Existe falar sem sotaque?) .

Essa falácia se dissemina pela mídia televisiva, quando os âncoras de jornais de prestígios falam como falam as regiões de prestígio cultural e econômico. Não há falares regionais e variáveis, há uma língua engessada e uníssona de falares mais próximos do falar carioca, adulto, culto.

A linguagem não é mera expressão de pensamento, ela constitui o pensamento, a cultura e a identidade de um grupo social e de seus indivíduos. Bakhtin, em seu livro “Marxismo e filosofia da linguagem”, declarou: “a única definição objetiva possível da consciência é de ordem sociológica”, pois

“A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social.” (Bakhtin, 1992: 35- 6)

Macedo (2000) adverte: “a escola dominante é usada com o propósito de desenraizar os estudantes oprimidos de sua cultura; por outro lado, acultura-os segundo modelo colonial preestabelecido.” (p. 85)

A cena que originou este artigo:

Estava eu em uma aula tradicional de atividade de oralidade. Cada dupla, que estava tendo contato com o Livro Didático (LD) de português pela primeira vez, tinha de escolher uma página que achasse interessante para apresentar, com bons argumentos, para a turma. O objetivo da atividade era a argumentação oral. Os/as alunos/as reclamaram, queriam anotar num papel os argumentos para ler na frente.

Percebo que muitos escolhem o tema racismo e a chegada dos negros ao Brasil como tema para apresentarem... Mas o que motiva a escrita desse relato é a apresentação do aluno Tiago. Sua mão suava frio... Fez questão de mostrar que para ele era um grande desafio falar na frente de todos. Quando apresentou seu texto: a diversidade da língua portuguesa, os falares do país. Citou como exemplo o Marcos que fala "poRta". Marcos reagiu na hora "Não falo mais, aprendi!.

Vocês me conhecem, eu quase gritei: "Para tudo!"

Não gritei, mas tirei o foco do Tiago, que estava nervoso apresentando seu texto e dei a fala para Marcos (como se numa aula dessas o professor pudesse dar a voz alguém... Todos falavam ao mesmo tempo!)

"Marcos, você aprendeu? Como assim?"

"É, agora eu aprendi a falar porta".

Eu, em "cólicas", disse: "Marcos quero aprender a falar 'poRta' como você!"

Ele me responde: "Já não consigo mais... Esqueci!"

Gente, eu aproveitei e falei com a turma sobre o tirar o falar do outro, sobre o fato dele poder aprender a falar como os cariocas, mas como perdemos ao não aprender a falar como ele..

Ele explicou que isso não fez mal a ele, porque é necessário falar como os outros...

Geeenteee!

*Daí, comecei a argumentar que, se eu posso deixar de falar como o paulista interiorano, por outro lado não posso deixar de ser negra? Como vou ficar igual aos outros? Vou arrancar a minha pele?
O tema esquentou... Saí eufórica e só deu para escrever isso, porque o sinal vai tocar e vou para outra turma!!!*

O livro didático de Língua Portuguesa do 8º ano traz em um capítulo o tema língua e variedades. O aluno Tiago mostra que naquela sala há um “exemplo vivo” de variedade regional, da língua múltipla. Ponto para o Tiago! Ele se apropria do tema e traz o exemplo do colega para enriquecer o assunto e dá provas de que já possui conhecimentos prévios sobre o tema. Exótico isso não? O exemplo de Marcos chama a atenção porque na escola pensamos/trabalhamos como se a língua fosse única, daí que a variante regional, quando acontece, serve para evidenciar a variedade que apagamos num estudo de língua “una”.

Lições da aula

Eu não falo mais, eu aprendi

Marcos acredita que a língua é uma. Assim pensa ele que falará igual a “todo mundo” da turma. Ao aprender a falar o “r” final de sílaba como os cariocas, ele apaga o seu sotaque, com a ilusão de que para ser aceito pelo grupo precisava “esquecer” o seu modo de falar.

Eu não sei mais, eu esqueci

A ilusão de que Marcos é quem tinha de esquecer e aprender...

A professora tenta virar esse jogo, mudar essa lógica e pede: “Quero aprender a falar como você”. Mas ele ingenuamente diz: “esqueci, não sei mais”

Marcos obedece à hegemonia da norma padrão. Só ele fala diferente, na turma? Sim a variante regional reverbera mais que as demais... e o erre caipira é simbólico da diferença desprestigiada...

Aprendi e Esqueci

Esses dois verbos: aprender e esquecer apresentam semânticas fortes. Na escola, aprende-se e Marcos aprendeu a falar como os demais. Na escola se esquece? A escola não seria lugar do esquecer. Seria sim do acumular, do aprender, do saber... Mas Marcos diz que aprendeu e esqueceu... E seu dizer é enfático no modo indicativo, e no tempo do pretérito perfeito. Ação acabada, completa. Aprendi! (e pronto!) e sua outra face: Esqueci! (e pronto!)

Aprendi o “certo” e esqueci o “errado”. A escola é espaço de esquecer, esquecer o erro...

Marcos apaga, como se apaga com a borracha o que escrevemos errado e apaga o seu falar “poRta” pelo certo “porta”.

Esse processo é silencioso, tão silencioso que os colegas de classe não tinham percebido essa mudança, mas Marcos anunciou para todos ouvirem.

Ah! Os silenciamentos que a escola produz... A escola (e a sociedade) cala a língua “varia”, plural. Homogeniza os diferentes. Higieniza a língua...

Por isso os debatedores na mídia em 2011 defendiam a língua pura, no LD, porque acreditam que na escola a única língua que deve entrar é aquela de que fala o poeta da epígrafe, a emblemática língua do professor Carlos Góis.

Voltamos a um texto e a um argumento nada novos, mas ainda necessários:

“... uma escola transformadora atribui ao bidialetalismo a função não de adaptação do aluno às exigências da estrutura social, como faz a teoria das diferenças linguísticas, mas de instrumentalização do aluno para que adquira condições de participação na luta contra as desigualdades inerentes a essa estrutura.” (Soares, 1991: 74)

Referências

BAGNO, M. *Preconceito linguístico*. 4 ed, São Paulo: Loyola, 2000.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6ed, São Paulo: Hucitec, 1992.

BARREIROS, C. “A escrita é um processo difícil!” In: 27ª ANPED, 2004, Caxambu, MG.

CANDAU, V. (org.). *Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MACEDO, D. Alfabetização, linguagem e ideologia. *Educação & Sociedade*. Ano XXI, dez. 2000, n° 73; pp. 84-99.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. 3 ed, São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MCLAREN, P. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 1997.

SOARES, M. *Linguagem e escola*. 8 ed, São Paulo: Ática, 1991.